

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Tradução: Vinícius Nikastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009. 92 p. ISBN: 978-85-7897-005-5

Alíona A. Damasceno de Oliveira

Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Campus Barbacena), bolsista FAPEMIG

aliona.oliveira@hotmail.com

Márcia Maria Menezes de Oliveira

Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Campus Barbacena)

menezes_marcia@yahoo.com.br

O filósofo italiano Giorgio Agamben é professor de filosofia teórica na faculdade de Arte e Design do Instituto Universitário de Arquitetura de Veneza. Publicou uma extensa e importante obra traduzida em várias partes do mundo. Responsável pela edição italiana das obras completas de Walter Benjamin, ex-aluno de Heidegger, autor - juntamente com Deleuze - de trabalhos sobre teoria literária e filosofia. A contribuição desse autor para o pensamento político contemporâneo tem-se revelado muito significativa. Seus primeiros trabalhos indagam as relações entre filosofia, literatura e poesia, com títulos como *Estâncias: a palavra e o fantasma na cultura ocidental* (1977); *Infância e história* (1978); *A linguagem e a morte* (1982), e *Homo sacer* (1995), publicados pela editora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Agamben vem construindo uma obra que visa dar conta, entre outras coisas, da configuração contemporânea dos desafios próprios à ação política. Marcam produção, em sua segunda fase, as seguintes obras publicadas no Brasil pela editora Boitempo: *O Estado de exceção* (2004), *Profanações* (2007) e *O que resta de Auschwitz* (2008).

Os ensaios aqui resenhados estão reunidos em um livro intitulado *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Esse,

por sua vez, foi traduzido por Vinicius Nicastro Honesko, graduado e mestre em Direito e doutorando em Teoria Literária pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente concentra suas pesquisas em debates de filosofia contemporânea, bem como em torno ao problema da teoria da modernidade ocidental (em suas vertentes literária e filosófica). Seus principais referenciais teóricos são: Giorgio Agamben (com quem trabalhou diretamente em um seminário em Veneza), Michel Foucault, Hannah Arendt e Walter Benjamin. Como principais eixos de sua atividade de pesquisador destacam-se: a teoria literária, a filosofia do direito, a filosofia contemporânea, teoria do direito e a filosofia política.

Na apresentação do livro, Honesko afirma a necessidade que o autor italiano tem de falar sobre o problema “tempo” como já fez em outras obras, especialmente em *Infância e história* (1978), *Idéia da prosa* (1985), com tradução portuguesa pela editora Cotovia de Lisboa, *A comunidade que vem* (1990), com tradução para o português pela editora Presença de Lisboa e *O tempo que resta* (2000), ainda sem tradução para o português.

Honesko enfatiza que para Agamben, a verdadeira revolução não visa só mudar o mundo, mas antes, mudar a experiência do tempo, interrompendo a cronologia em função de outro tempo, o *Kairós*. Este tempo cairológico faz possível uma revolução que preserva os fatos e os indivíduos como eles são, apenas com um ligeiro deslocamento entre o mundo profano e o messiânico. Segundo o tradutor, os ensaios desse livro ligam-se entre si por esse eixo da tentativa revolucionária de Agamben. Seu comentário sobre os mesmos, na apresentação, permite-nos pensar que ele se preocupou em dar ênfase a aspectos políticos discutidos pelo autor.

O primeiro ensaio do livro trata de uma versão do texto apresentado em uma conferência que Giorgio Agamben realizou no Brasil em setembro de 2005, seu título é *O que é um dispositivo?* Nele Agamben faz um estudo investigativo acerca desse termo, tentando entender o mecanismo político contemporâneo, supondo que o mesmo faz parte da estratégia do

pensamento de Foucault, quando este pesquisa o que chamava de “governabilidade” ou de “governo dos homens”.

No primeiro momento, faz uma pesquisa genealógica do termo, recorrendo a autores como Hyppolite, considerado um mestre para Foucault e quando este escreve *A arqueologia do saber*, não usa o termo dispositivo, e sim o termo etimologicamente próximo: *positivité*. A curiosidade de Agamben quanto à origem do termo o faz buscar e descobrir que Foucault utilizou-o mediante o conteúdo do terceiro capítulo de um ensaio de Hyppolite: *Razão e história: as idéias de positividade e de destino*. Trata-se da análise de duas obras de Hegel, sendo a primeira *O espírito do cristianismo e o seu destino* e a segunda, que mais interessou a Foucault e posteriormente a Agamben, *A positividade da religião cristã*. De acordo com Hyppolite, “positividade” é o nome que Hegel dá ao elemento histórico e toda sua carga de regras, ritos e instituições impostas aos indivíduos por um poder externo. Segundo Agamben, Foucault toma emprestado o termo de Hegel analisado em Hyppolite para pensar na relação entre os indivíduos como seres vivos e o elemento histórico, que seria o conjunto das instituições, dos processos de subjetivação e das regras em que se concretizam as relações de poder. É esse o significado que perpassa a definição feita pelo autor italiano.

Agamben também recorre à etimologia francesa do termo dispositivo e observa que ele possui um sentido jurídico, um significado tecnológico e um militar. Investiga também o contexto histórico em que o conceito teve origem: no momento em que o dogma trinitário da Igreja Católica e a ideia de um governo providencial do mundo necessitavam ser introduzidos na fé cristã, o termo era *oikonomia* e traduzido para o latim ficou *dispositio* ou dispositivo.

A partir dessa noção de *oikonomia*, ele define então dispositivo como “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (p. 40).

Em um segundo momento, Agamben preocupa-se com a

problematização do uso desses dispositivos na atualidade. Afirma que o aumento de dispositivos se deve ao extremo desenvolvimento capitalista e ocasiona a desubjetivação do sujeito. Uma vez que, fugindo à sua função originária, esse mecanismo na contemporaneidade não produz um novo sujeito. O homem submetido ao dispositivo torna-se sujeito espectral, direcionando a sociedade e os próprios criadores dos dispositivos à catástrofe.

Agamben aponta a profanação como estratégia para suplantiar os mecanismos de governo, essa profanação segundo ele é um contradispositivo capaz de restituir ao uso comum dos homens, o que foi capturado e separado pelos dispositivos. A profanação, contudo, não permite que o uso antigo possa ser recuperado na íntegra, como se o tempo durante o qual o objeto esteve retirado pudesse ser apagado sem consequências. Ela apenas permite que se invente um novo uso, o qual será suficiente para que, durante algum tempo, o objeto em causa permaneça na dimensão humana.

Por fim, Agamben critica os cidadãos das democracias pós-industriais, afirmando que eles formam um corpo social dócil e frágil que se deixam controlar, caracterizando-se como uma máquina governamental. Alerta que a profanação é urgente e que só se efetivará se os sujeitos estiverem em condições de intervir sobre os processos de subjetivação e sobre os dispositivos, o que seria o início de uma nova política.

Assim, o autor aborda o tema de forma original e crítica, nos permitindo uma reflexão sobre a presença e o modo desordenado como se proliferam e atuam os dispositivos aos quais nos deixamos submeter. A leitura do texto possibilita-nos pensar sobre a postura inerte que mantemos enquanto reféns dos dispositivos, discutir e até negar o que nos é colocado como “sagrado” a fim de deixarmos de ser meros seres viventes e nos tornarmos sujeitos capazes de impedir a desubjetivação.

O que é o contemporâneo? Essa é a indagação que dá título ao segundo ensaio apresentado no livro. O texto foi a lição inaugural do curso de Filosofia Teorética (2006/2007) na faculdade onde Agamben leciona. Ele usou o texto para

instigar seus alunos a serem contemporâneos dos textos e dos autores que seriam estudados ao longo do curso.

Baseando-se na obra de Nietzsche *Considerações intempestivas*, Agamben formula e expõe o que é ser contemporâneo:

Pertence verdadeiramente a seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inatual; mas exatamente por isso, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo, ele é capaz, mais do que outros, de perceber e apreender o seu tempo (p. 58-9).

Não se prender a um tempo é ser capaz de oscilar entre passado, presente e futuro; olhar e avaliar o que já se passou mesmo que não tenha participado daquele momento, pensar o que ainda virá, mesmo que não venha como se espera, e principalmente experienciar intensamente o que se vive no instante presente.

O filósofo italiano utiliza a poesia de Osip Mendel Stan intitulada *O século* para refletir sobre a relação entre o tempo e o poeta, sujeito que é contemporâneo. Ele observa que o poeta é capaz de olhar para o que não viveu, estando no momento que vive. E ainda, o contemporâneo é capaz de neutralizar as luzes provenientes da sua época para descobrir as trevas que são inseparáveis das luzes, mas que em geral, preferimos não enxergar. Por isso o contemporâneo faz anacronia entre o que vive e o que os outros já viveram, além de pensar no que ainda pode vir a acontecer.

Acreditamos que Agamben quer com esse texto atentar-nos quanto ao comportamento inerte e passivo que a sociedade tem se apropriado, inclusive tornando-se refém dos dispositivos que aparentemente emitem luzes, mas possuem partes obscuras, que não percebemos. É como o exemplo que o autor menciona sobre as galáxias, elas distanciam-se de nós infinitamente, mas emitem uma luz que é dirigida para nós. Assim, Agamben afirma que “Perceber no escuro do presente essa luz que procura nos alcançar e não pode fazê-lo, isso significa ser contemporâneo” (p. 65). A existência dos dispositivos tornou-se algo essencial para o ser huma-

no, entretanto é necessária uma “revolução” que permita ao homem perceber a existência desses mecanismos e saber delimitar o seu uso.

Refletindo sobre a experiência do tempo, o filósofo recorre à moda para pensar a sua descontinuidade e a sua característica de ser contemporânea. A moda pode colocar em relação algo que um dia foi declarado morto, pode “citar” um tempo dentro de outro, essa anacronia faz a moda ser contemporânea. Essa relação com o passado tem, segundo Agamben, fundamento na origem, pois ela reflete o que acontece no presente, que “não é outra coisa senão parte do não-vivido em todo o vivido” (p. 70). Se não nos submetemos somente ao tempo cronológico, que nos impede de “fazer” experiência, poderemos ser contemporâneos de todos os tempos.

O terceiro ensaio intitulado *O amigo*, foi um texto lido por Agamben quando recebeu o *Prix Européen de l'Essai Charles Veillon* 2006 em fevereiro de 2007. Ele faz uma reflexão acerca da morfologia das palavras amigo e filosofia, afirmando que a relação entre elas era quase consubstancial, pois esta inclui o *philos*, o amigo, em seu próprio nome. O filósofo italiano relata que autores como Jacques Derrida e Friedrich Nietzsche já escreveram sobre o tema amizade, este quando fez um trabalho sobre as fontes de Diógenes Laerzio e a história do texto das *Vidas dos filósofos* no capítulo dedicado à biografia de Aristóteles, e aquele quando publicou o livro intitulado: *Politiques de l'amitié*. Segundo Agamben, nessas obras, ambos afirmam a necessidade da amizade e ao mesmo tempo colocam-na em dúvida.

Agamben afirma que a palavra “amigo” pertence à classe de termos que os linguistas chamam de não-predicativos, ou seja, termos que não atribuem qualidade ao sujeito. Sendo assim, “amigo” compartilha com os termos filosóficos que não possuem uma denotação objetiva, assim como os termos transcendentais. Essas palavras significam simplesmente o ser. Ao descrever um quadro que representa o encontro de Pedro e Paulo na estrada do martírio, Agamben observa a posição que os personagens se encontram, o gesto de suas mãos e conclui que o quadro lhe parece uma ale-

goria da amizade e que não é possível fazer uma representação, nem definir um conceito sobre a amizade.

Ao apresentar e analisar uma passagem do texto *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles, que ocupa os livros oitavo e nono, 1170a28-1171b35, Agamben afirma que o grande filósofo grego enunciou teses da filosofia, enfatizando a base ontológica da amizade. Chama a atenção para os termos “com-sentir” e “condividir”, afirmando que este possui um significado político.

O filósofo italiano acredita que

A amizade é a *condivisão* que precede toda divisão, porque aquilo que há para repartir é o próprio fato de existir, a própria vida. E é essa partilha sem objeto, esse *com-sentir* originário que constitui a política (p. 92).

A partir dessa afirmação, Agamben leva-nos a pensar sobre o verdadeiro sentido da política que seria consentir a existência do outro e por isso dividir, partilhar. Assim a leitura instiga-nos a pensar se o real significado da palavra política é de fato colocado em prática na contemporaneidade.

Portanto, a leitura do livro abre espaço para discussões de cunho político e social no mundo acadêmico. Isso por que trata de assuntos atuais que visam criticar a tendência moderna em vincular razão e normas institucionais e que não nos importamos, porque não refletimos sobre as experiências cotidianas. O leitor perceberá a necessidade de ser contemporâneo em meio a regimes que utilizam dispositivos para nos controlar a todo momento. Se não conseguir burlar esses mecanismos, o sujeito, ao menos, ficará consciente de suas existências e esse já é o início para fomentar uma sociedade mais crítica e ativa e repensar o significado da política que a sociedade contemporânea vivencia.

Artigo recebido em: 3/4/10

Aprovado para publicação em: 27/5/10